



ENTREVISTA

ENTREVISTA COM CRISTINA AMESCUA CHÁVEZ¹

CPF: Como surge a ideia do Patrimônio Cultural Imaterial no contexto dos países da América Latina?

Cristina: Acho necessário entender que, diferentemente de outras regiões do mundo, a América Latina comporta uma enorme diversidade de enfoques para trabalhar e entender a questão da cultura, dada a enorme diversidade cultural que caracteriza muitos dos nossos países. Essa diversidade cultural acarreta diferenças tanto na maneira de pensar as culturas como na própria definição de cultura. Aqui vou me referir particularmente ao caso mexicano, que, no meu entender, apesar das muitas diferenças, guarda grandes paralelismos com o caso brasileiro.

No caso do México, por um lado, as culturas indígenas foram muito importantes na definição da ideia de nação, construída durante o início século XX — na verdade, desde o século XIX. Isso fez com que se construíssem instituições para trabalhar a questão cultural, com altos orçamentos, sobretudo naquilo que hoje chamamos Patrimônio Material, para o restauro de centros históricos, sítios arqueológicos, e dar conta da grandeza da herança indígena do México. Cabe destacar que, no nacionalismo mexicano, a ideia era construir uma nação alicerçada nesse passado indígena grandioso, mas capaz de se projetar para o futuro. Em grande medida, isso levou a desconsiderar, em termos reais, os povos indígenas existentes naquele momento. Quer dizer, aqueles povos deviam ser assimilados à ideia do mexicano, e não conservar suas particularidades. Isso teve impactos muito fortes em termos de perda de língua, de muitas tradições, festas, saberes próprios daqueles povos indígenas presentes no México. Mas, por outro lado, a força de instituições como o Instituto Nacional de Antropologia e História ou a própria Secretária de Educação Pública, que buscavam promover e construir essa ideia do nacional, permitiu construir

1 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Nacional Autónoma do México, membro do corpo docente do Centro Regional de Pesquisa Multidisciplinar da Universidade Nacional do México. Atua como diretora executiva da Cadeira da Unesco em Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural e como presidente da Comissão de Pesquisa sobre o Patrimônio Imaterial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES). Nos últimos anos, vem realizando pesquisas nos campos do patrimônio cultural intangível, da antropologia da violência, da migração e da mudança climática.

uma tradição antropológica e arqueológica muito forte no México, ao mesmo tempo em que o país aderiu à ideia, que também permeava outros lugares da América Latina, de construir a partir de baixo, reconhecendo a importância da diversidade, opondo-se ou resistindo àquela ideia de aculturação. Isso favoreceu o surgimento de todos esses movimentos meio institucionais, meio extrainstitucionais que conseguiram o pleno reconhecimento da riqueza cultural que a diversidade significa. É por isso que a antropologia mexicana em particular, e também a latino-americana — a brasileira também teve um papel fundamental —, se empenharam numa redefinição da palavra, do conceito de cultura para incluir justamente todos os produtos, todos os significados que os grupos humanos constroem coletivamente para explicar o mundo, para estar nele, orientar sua ação etc. — ou seja, a cultura no seu sentido amplo.

Finalmente, essas especificidades culturais são as que constroem o que hoje chamamos Patrimônio Cultural Imaterial, e foi nessa tradição de reivindicação dos povos originários, dos povos indígenas do continente americano, particularmente a partir da década de 1990, que a ideia de Patrimônio Cultural Imaterial começa a se consolidar, nutrindo-se daquelas experiências, daquelas redefinições. No caso mexicano, a partir do momento em que a Direção Geral de Culturas Populares reconhece que essa diversidade é constituída não apenas pelo elemento indígena, essas questões todas alimentam as discussões internacionais sobre Patrimônio Cultural Imaterial, e assim, quando o conceito passa a ser discutido na Unesco, já se incorpora toda essa tradição na qual a América Latina desempenhou um papel fundamental.

CPF: Você identifica alguma relação entre antropologia e Patrimônio Cultural Imaterial?

Cristina: Como já disse, creio que há, sim, diversas relações. Por um lado, a experiência dos antropólogos que começaram a fazer trabalho de campo e, a partir disso, se envolveram profundamente em movimentos sociais, educacionais, de resistência cultural. Essa experiência nutre o modo de entender, novamente, a diversidade, e a diversidade se constrói a partir dessas práticas culturais que podemos denominar Patrimônio Cultural Imaterial de cada um dos povos. Então, a antropologia impulsiona, é uma disciplina que, de certo modo, tornou-se mediadora para dar voz àqueles que supostamente não tinham voz. E a partir daí houve muitos outros avanços e complexificações dessa relação, chegando ao ponto em que os

antropólogos já não são estudiosos de fora que vêm dar voz, e sim pessoas das próprias comunidades que começam a se formar em antropologia e passam a erguer sua própria voz nesse campo, partindo do que elas eram antes de se tornarem antropólogas.

Outra relação que eu vejo é que, sem dúvida alguma, os antropólogos são, no campo das ciências humanas e sociais, os mais bem capacitados, mais bem formados para abordar o Patrimônio Cultural Imaterial dentro da academia, das ciências, não só para tentar entendê-lo, documentá-lo, investigá-lo, mas também, pelo lado da antropologia aplicada, ligada a iniciativas da sociedade civil empenhadas na promoção da sua visibilidade, contribuir, de um modo ou de outro, para sua salvaguarda. Acredito que a formação antropológica permite tanto aproximações teóricas quanto práticas ao trabalho com o Patrimônio Cultural Imaterial.

CPF: Como você vê o vínculo entre o Patrimônio Cultural Imaterial e o desenvolvimento sustentável?

Cristina: Isso vem sendo discutido muito a fundo dentro da própria Unesco, e fora também. As diretrizes operacionais da instituição dedicaram todo um capítulo à relação entre Patrimônio Cultural Imaterial e desenvolvimento sustentável. Acho que é impossível pensar em um desenvolvimento que seja sustentável sem levar em conta todas as práticas, saberes, representações, conhecimentos, manifestações que constituem o Patrimônio Cultural Imaterial dos povos. Essa relação é mais explícita, evidentemente, quando se trata dos saberes ligados à natureza, ao universo da natureza. Há muito tempo ficou bem claro que, em muitos casos, as práticas agrícolas, as práticas que têm a ver, por exemplo, com a relação com a floresta, com a mata, com os diversos ambientes naturais. Essas práticas locais dos povos originários, dos povos indígenas em nossos territórios, foram práticas sustentáveis que por muito tempo conseguiram preservar o equilíbrio necessário para que os recursos naturais pudessem continuar a se reproduzir. Essa é uma relação muito evidente, mesmo. Mas há muitas outras abordagens sobre o Patrimônio Cultural Imaterial imprescindíveis para se pensar em desenvolvimento sustentável. Também é importante reconhecer que a relação entre Patrimônio Cultural Imaterial e desenvolvimento sustentável, embora necessária, nem sempre se realiza. Quer dizer, existem práticas, manifestações, saberes etc. que integram o Patrimônio Cultural Imaterial mas não fomentam o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, penso a relação entre PCI e desenvolvimento

sustentável como uma relação dialógica. O que podemos aprender dessas práticas, manifestações do PCI para construir a sustentabilidade? E, por outro lado, no que as aprendizagens geradas a partir dessa visão de desenvolvimento sustentável podem contribuir para transformar certas características do patrimônio imaterial em diferentes localidades que não são parte daquilo que é necessário para construir um desenvolvimento sustentável que inclua a todos? Há ainda outro aspecto da sustentabilidade que é importante comentar: boa parte do pensamento atual sobre desenvolvimento sustentável está ligada à busca de formas de resolver conflitos e enfrentar situações envolvendo grupos humanos, como desastres naturais, ou desastres sociais ou políticos, como as guerras. E aí o Patrimônio Cultural Imaterial tem também muitas lições a oferecer. Como bem sabemos, o PCI é fundamental para a construção do sentimento de identidade, de pertencimento ao tecido social em constante atualização. E sem isso é impossível pensar em sociedades pacíficas e inclusivas. Então há aí uma relação que é muito importante destacar.

CPF: Como a hibridação da região promoveu a criação de redes e espaços transnacionais? Que impacto eles tiveram na dinâmica cultural da América Latina nos últimos anos?

Cristina: Acho que a região da América Latina compartilha muitíssimas coisas em termos de história, de tradições e pensamentos, de movimentos sociais de luta e de resistência, primeiro pela descolonização, depois contra os efeitos nocivos do neoliberalismo, do capitalismo global. O que podemos ver é que há um constante fluxo de pessoas, claro, mas também de ideias, de símbolos, de bens materiais entre os países da região. Isso, de fato, vem criando espaços transnacionais que nos levam a questionar as fronteiras, ou que voltam a pôr sobre a mesa, se é que alguma vez esteve fora, o debate sobre a validade das fronteiras. Quanto à dinâmica cultural nos últimos anos, o que eu posso ver, sobretudo a partir das pesquisas sobre cultura e Patrimônio Cultural Imaterial que realizei nos Estados Unidos, observando o que acontece nesses espaços de convivência gerados pela imigração — e a imigração nos EUA é basicamente de mexicanos e latino-americanos, embora haja também outras nacionalidades, mas meu trabalho tem se concentrado nos mexicanos e nos chamados latinos —, o que eu posso ver é que tem havido uma grande reconfiguração dos espaços públicos, das formas de convivência. Para além do racismo e da xenofobia, que são um fato real, para além da exclusão e da discriminação, sem dúvida alguma, também nos Estados Unidos, mesmo em regiões

bem tradicionalistas, vêm sendo construídos esses espaços de convivência, onde a população americana valoriza as contribuições das culturas latino-americanas: comida, danças, música, o jeito de ser, o lado festivo. Não é um processo livre de tensões ou atritos, muito pelo contrário, mas é uma transformação que vem sendo observada no panorama cultural dos Estados Unidos, e isso nos leva a pensar, inclusive, nos seus fortes impactos políticos, como a crescente relevância do voto latino. O caso que eu conheço de perto é o dos Estados Unidos, não tenho maior familiaridade com a maneira como essa dinâmica tem se dado em outros países latino-americanos.

CPF: Qual é a situação do Patrimônio Cultural Imaterial das minorias étnicas na América Latina? Qual a sua percepção das lutas pela autenticidade e pela salvaguarda?

Cristina: Considero que o Patrimônio Cultural Imaterial das minorias étnicas da América Latina está em estado de vida, isto é, que não estamos assistindo à morte das práticas e manifestações que constituem o Patrimônio Cultural Imaterial, porque ainda são relevantes para as populações locais. Entretanto, sua continuidade é, sem dúvida, muito vulnerável, justamente devido à imposição de um modelo único de desenvolvimento, um modelo econômico que implica a exploração dos recursos naturais, dos recursos humanos, implica o excesso de trabalho, implica um forte deslocamento do campo para as cidades, implica a crescente individualização no modo de se mover no mundo. As práticas culturais das minorias étnicas ou dos povos indígenas certamente vêm sendo afetadas por esses processos. Como podem continuar a ser transmitidos, por exemplo, os saberes em relação à natureza, na medicina tradicional, quando não há jovens dispostos a recebê-los, ou porque já emigraram para as cidades, ou porque a posse desses saberes não aumenta, pelo menos não diretamente, as possibilidades de acesso a uma melhor qualidade de vida? Os jovens não veem essa relação, ou não a veem automaticamente. E assim vão se quebrando as cadeias de transmissão. Acontece também que, quanto mais os territórios, as florestas, os lagos são superexplorados, muitas das práticas perdem sentido, porque não há onde realizá-las, ou porque os insumos necessários já não existem, ou porque o lago onde se realizavam estas ou aquelas festividades secou. Um exemplo que ilustra muito bem o problema é o dos saberes em torno do *cuexcomate*. No centro do México, o *cuexcomate* era uma construção de barro muito grande que costumava ser instalada nos quintais e funcionava como celeiro; era uma construção de barro

e galhos com cobertura de folhas de palmeira. Deixou de ser construído, os que restavam foram abandonados, e agora o *cuexcomate* está prestes a desaparecer. Mas por que isso aconteceu? Em grande medida, porque as comunidades que tinham *cuexcomate* pararam de cultivar milho, uma vez que o milho deixou de ser uma opção rentável. Passaram a plantá-lo apenas para consumo próprio e a dedicar a maior parte de suas terras ao plantio de sorgo, por exemplo, que tem melhor preço de mercado. E assim o *cuexcomate* caiu em desuso, porque não era mais necessário. E esse saber está se perdendo; existem pouquíssimas pessoas nas comunidades rurais no México central que sabem como fazer um *cuexcomate*. E isso também tem relação com a perda de todos os saberes ligados ao milho, que é um elemento fundamental da nossa região, da identidade da nossa região, da construção da identidade da nossa região. Portanto, vejo que existe um estado de vulnerabilidade do patrimônio imaterial desses povos e dessas minorias étnicas. Mas também vejo que existem importantes movimentos de resistência que procuram preservar, reconstruir, até revitalizar muitas práticas que estavam sendo perdidas. Novamente, não é um processo fácil de explicar, mas a resistência está aí, e há uma consciência crescente da importância desse patrimônio. Nesse sentido, ceio que há esperança de que continuem a se desencadear processos que levam à conservação de práticas, conhecimentos e manifestações do patrimônio imaterial.

Quanto às lutas pela autenticidade e pela salvaguarda, acho que a autenticidade é um tema muito interessante, porque se trata de um conceito que vem do patrimônio material, do patrimônio construído, depois herdado pelo campo do patrimônio imaterial, persistindo nele essa ideia de que só o que é “autêntico” pode ser considerado patrimônio. Porém, quando falamos em patrimônio cultural imaterial, não existe autenticidade, porque se trata de um patrimônio vivo, que está em constante transformação, de um patrimônio que, para continuar vigente, precisa se transformar. Portanto, a autenticidade perde relevância, isto é, nos termos em que conceitualizamos o PCI. Sabemos que é assim, mas, como essa ideia estava como que colada ao conceito de patrimônio, o fato é que, para os povoados e comunidades — e agora temos também a questão do turismo —, a autenticidade continua a ser um marcador importante. Em muitas candidaturas que chegam à Unesco, continua a se falar da autenticidade deste ou daquele elemento como um ponto a favor de sua inscrição. E para o turismo a autenticidade continua sendo um elemento fundamental para o tipo de experiência que os interessados no turismo cultural buscam — de fato, esses turistas estão à procura do autêntico. É, portanto, uma relação muito paradoxal, porque, por um lado, não se pode pretender preservar o patrimônio imaterial na sua forma original e autêntica — o que, de resto,

é algo impossível de se pensar — e, por outro lado, a autenticidade como conceito continua a ser um valor adicionado para as próprias comunidades e para o setor do turismo cultural, que tem grande impacto econômico. Por isso a autenticidade está, sim, no centro dos debates.

Quanto à salvaguarda, também me parece uma questão muito, muito interessante. Por um lado, a verdadeira salvaguarda, a que garante a continuidade do patrimônio, é aquela que assegura as práticas ao nível dos seus portadores, daqueles que as realizam, reproduzem, recriam e transmitem. É aí que se dá a salvaguarda, é aí que se assegura a continuidade do patrimônio. Contudo, como vivemos num mundo interconectado, onde é impossível funcionar sem certas relações, interconexões, vínculos etc., para assegurar a salvaguarda, requer-se a multiplicação dos atores sociais envolvidos com o patrimônio imaterial; requer-se a participação não apenas das pessoas nas localidades, mas também em nível regional, ou das autoridades, no caso do México, municipais, estaduais, federais; requer-se a contribuição da academia; em muitos casos, requer-se um diálogo franco e aberto com as empresas, com o capital — embora esta seja sempre uma questão muito, muito problemática, pois as desigualdades de poder geram processos muito complicados de resolver, nos quais quase sempre acaba vencendo quem tem maior acesso a recursos materiais e simbólicos. As autoridades políticas e a esfera internacional são atores que devem intervir na salvaguarda, mas não pode ocorrer um processo de salvaguarda, não deveria ocorrer um processo de salvaguarda que não tivesse como atores principais as comunidades de portadores. Acho que é isso que eu tinha a dizer. Obrigada.